

Fontes para o estudo da Ordem de Cristo: sumário de dois códices existentes na Torre do Tombo*

M A R I A I S A B E L R O D R I G U E S F E R R E I R A

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/CEPESE – FLUP

Resumo: Fazemos neste trabalho a apresentação de uma compilação de documentos realizada no século XVI e conservada em dois exemplares, um deles na Torre do Tombo. Trata-se de um dos mais importantes núcleos documentais da Ordem de Cristo e de uma peça fundamental para a compreensão da história desta instituição monástico-militar. Procedemos à transcrição dos seus índices e à sumariação de alguns dos seus conteúdos.

Palavras-chave: Ordem Militar de Cristo, Ordem Militar do Templo, Privilégio, Pontífice, Bula.

Abstract: We present a compilation of documents held in the sixteenth century and preserved in two copies, one in Torre do Tombo. This is one of the most important documentary sources on the Order of Christ, and a key to understanding the history of this monastic and military institution. We do the transcript and summary of its contents.

Keywords: Military Order of Christ, Military Order of the Temple, Privilege, Pope, Papal bull.

* O trabalho aqui apresentado é produto da investigação levada a efeito aquando da realização da nossa dissertação de Doutoramento.

A fonte que serviu de base a este trabalho é resultado de diligências saídas do capítulo da Ordem de Cristo celebrado em Tomar em 1492, quando D. Manuel, ainda duque de Beja e na qualidade de governador da Ordem, encomendara o trabalho a Fr. Francisco. Contudo, só um alvará de D. Sebastião de 16 de Dezembro de 1560 autoriza Fr. Pedro Álvares Seco a elaborar o livro das escrituras da Ordem de Cristo, que devia reunir os documentos importantes para a história e evolução da milícia. A pessoa inicialmente escolhida para esta tarefa foi o moço de câmara da Infanta D. Isabel, Gaspar Garro, que não realizou o trabalho com o requinte e a perfeição desejadas. Para o efeito, e para a mesma função, foi contratado, João de Penafiel, escrivão perito em *letra redonda e grossa*. As escolhas não foram felizes e o trabalho não saiu como se pretendia, daí D. João III ter incumbido Pedro Álvares Seco para uma tarefa que será continuada e terminada no reinado de D. Sebastião.

Trata-se de um conjunto de códices que constitui um dos mais importantes núcleos documentais da Ordem de Cristo, e é uma peça fundamental para a compreensão da história desta instituição monástico-militar.

Desta obra foram feitos dois exemplares: o primeiro está dividido em quatro partes, distribuídas por dois códices, cada um com duas partes¹; o segundo está distribuído por quatro códices², que se destinavam à Casa do Despacho da Mesa da Consciência e Ordens. No presente trabalho, tomando por objecto os códices conservados na Torre do Tombo, procedemos à transcrição dos seus índices e à sumariação de alguns dos seus conteúdos. Dividimos o nosso trabalho em quatro partes, correspondentes a cada uma das que compõem a obra.

1. Primeira Parte³

1.1. Tavoada e Repertorio da Primeira Parte

- Alvará delRey Nosso Senhor porque mandou fazer este livro – fls. 1-1v.
- Carta do doutor Pedro Álvarez ao dito Senhor – fls. 2-2v.
- Proémio – fls. 3-3v.
- Modo de proceder que se leva neste livro – fl. 4.
- Origem desta Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e da Ordem do Templo – fls. 4-4v.
- Louvores dos instituidores e religiosos da Ordem do Templo – fls. 5-5v.

1 AN/TT, *Ordem de Cristo*, códice 234, 1ª e 2ª partes e códice 235, 3ª e 4ª partes. Cf. SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002, p. 11, nota 4.

2 BNP, *Fundo Geral*, códices 735, 736, 737 e 738.

3 Cf. AN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. nº 234, 1ª parte.

- Razões porque se mostra que os erros e excessos de maus religiosos da Ordem do Templo por cujas culpas foi extinta não escurecem nem abatem a virtude e bondades dos passados e santo propósito do instituído – fl. 6.
- Contra os que culpam o papa Clemente V dizendo que injustamente extinguiu os templários e fez a vontade do rei de França – fl. 6- 6v.
- Carta do papa Clemente V a ElRey Dom Dinis perque lhe fez saber os excessos dos templários e o que sobre isso tinha feito e requereu para o concílio que sobre isso e outras coisas se havia de fazer – fls. 7-8v.
- Outra carta do mesmo papa ao mesmo rei sobre a prisão dos templários – fls. 9-9v.
- Concerto e concórdia que fizeram ElRey Dom Dinis e ElRey Dom Fernando IV de Castela tanto que souberam que se extinguiu a Ordem do Templo que não consentisse nenhum deles que o papa dispusesse dos bens que a dita Ordem tinha em seu reino sem suas vontades – fls. 10- 10v.
- Origem da Ordem de Calatrava e doação que fez ElRey Dom Sancho terceiro chamado o desejado, ao Abade de Santa Maria de Fitero da Ordem de Cister e a toda a Ordem, do castelo de Calatrava que deu nome a esta Ordem e em que se fez o convento e cabeça dela – fls. 11-11v.
- O modo que teve este Abade de Fitero e diligência que pôs na fundação e instituição desta Ordem e defesa do dito Castelo de Calatrava – fl. 12.
- Excelências desta Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo entre todas as outras Ordens – fls. 12-12v.
- Que esta Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo foi instituída pollo sancto padre e todallas outras por pessoas privadas que não tinham autoridade se não foram aprovadas pelo papa – fls. 13-13v.
- Que os religiosos professos desta Ordem gozão em todo dos privilegios asi na exenção do foro secular como no mais de que gozão os clérigos de ordens sacras e outras pessoas ecclesiasticas de ordenamento comum – fl. 14.
- Carta perque o Infante dom Anrique deffendeo aos cavaleiros da Ordem que nom respondessem perante as justiças seculares e as mesmas justiças que nom entendessem nelles por serem isentos de sua jurisdição – fls. 14-14v.
- Carta delRey dom Manuel perque deffendeo as justiças seculares que nom entendessem nas cousas crimes dos cavaleiros desta Ordem e conhecesse das civeis como seus delegados dando apelação para o juiz da Ordem – fls. 15-16v.
- Bula impetrada por ElRey nosso Senhor sobre a jurisdição que tem a Ordem e o modo em que o mestre ou administrador há de usar della sem receber apelação – fls. 17-17v.

- Que esta Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo se pode chamar Ordem do verdadeiro templo – fl. 18.
- Que os instituidores da Ordem do Templo queriam ressuscitar o nome do Templo de Salomão em Jerusalém dedicando a sua Ordem a ele, três vezes destruído – fl. 18.
- Primeira destruição por mandado de Nabucodonosor – fls. 18-18v.
- Reedificação do Templo feita pelo rei Ciro e por Dario – fls. 19-19v.
- Segunda destruição do Templo por Herodes depois reedificado por Salomão – fl. 20.
- Terceira destruição feita por Tito no ano 40 da era cristã e assim ficou para nunca mais se reedificar como foi profetizado pelo imperador Juliano Apostata – fls. 20-20v.
- Que os instituidores da dita Ordem do Templo que militavam sob a bandeira de Jesus Cristo ela passa a ser a origem e o emblema de uma nova ordem – fls. 21-21v.
- Listas dos Mestres da Ordem desde a Fundação – fls. 22-31v.
- Bula da instituição desta Ordem e instrumento de ratificação do D. Dinis, em que esta bula está incorporada – fls. 32-34v.
- Bula pela qual o papa retirou aos mestres de estes irem em cada três anos visitar as igrejas de S. Pedro e S. Paulo em Roma – fls. 35-35v.
- Regra de Calatrava dada à Ordem de Cristo – fls. 36-36v.
- Regra de Calatrava que foi acrescentada e tem algumas declarações mais que a primeira – fl. 37
- Confirmação da Ordem de Calatrava pelo papa Alexandre III – fls. 37-37v.
- Duas confirmações da mesma Ordem, uma do papa Gregório VIII e outra do papa Inocêncio III – fls. 38-38v.
- Posse dos bens e rendas que foram da Ordem do Templo ao seu primeiro mestre da Ordem de Cristo por carta do rei D. Dinis – fl. 39.
- Primeira constituição que fez o primeiro mestre desta Ordem do assento do convento dos Comendadores e Cavaleiros e freires clérigos e outras cousas pertencentes à Ordem – fls. 39-42v.
- Outra constituição sobre o mesmo feita por D. João Lourenço segundo Mestre da Ordem – fls. 43-45v.
- Constituição da guarda do selo da Ordem – fls. 46-46v.
- Bula por que foi tirado o capelo que usavam os cavaleiros de Calatrava em cujo lugar lhe foi dada a cruz que agora usam – fls. 47-47v.

- Que os cavaleiros desta Ordem usarão primeiro que os de Calatrava a cruz no peito – fl. 48.
- Dispensa que tiveram os de Calatrava para poderem usar panos de linho – fls. 48-48v.
- Confirmação desta dispensa pelo papa Júlio II em que se dá as obrigações da dita Ordem – fls. 49-49v.
- Constituição para que os que pertencem à Ordem de Cristo e estiverem ausentes com medo de reis e príncipes podem durante essa ausência usufruir dos frutos e rendas que a dita Ordem tem – fls. 50-50v.
- Estatuto por que se devia poder antes ainda de ser uma dispensa dos três quartos para todos os freires poderem dispor da terça parte dos seus bens pelas almas de todos os freires e benfeitores da Ordem – fl. 51.
- Outro estatuto e constituição feita antes da dispensa dos três quartos para que pudessem os religiosos testar os seus bens móveis adquiridos por respeito na Ordem – fls. 51-51v.
- Reforma feita pelo bispo de Viseu que foi primeiro bispo de Lamego – fls. 52-56v.
- Dispensa que houve para os da Ordem poderem dispor dos seus bens em vida e por sua morte em testamento pagando os três quartos de suas rendas e tenças – fls. 57-57v.
- Breve em que o papa dispensa os cavaleiros da Ordem de rezar as horas que são obrigados e que podem ser feitas a qualquer momento – fls. 58-58v.
- Dispensa apostólica para os freires da Ordem de Calatrava casarem, prometendo castidade conjugal – fls. 59-59v.
- Dispensa apostólica para os freires da Ordem de Cristo e da Ordem de Avis possam casar – fls. 60-60v.
- Definições de Calatrava que o rei D. Manuel mandou trazer e verter do latim para o português quando fez o seu segundo capítulo geral no ano de 1503 – fls. 61-74v.
- Definições que se fizeram no capítulo geral que o rei D. Manuel celebrou no Convento de Tomar no ano de 1503 – fls. 75-86v.
- Bula apostólica onde Júlio II confirma a reforma da Ordem pelo bispo de Viseu e certos capítulos das definições feitas no capítulo geral da Ordem – fls. 86v-91.
- Bula do papa Leão X onde concede aos freires da Ordem de Cristo que podem eleger confessores e receber o santo sacramento da eucaristia, ainda que seja em dia de Páscoa onde quer que se encontrem – fls. 91-92.

2. Segunda Parte⁴

A segunda parte é constituída por um conjunto de inquirições, declarações, doações, confirmações, sentenças, indulgências, cartas régias, forais, privilégios e diplomas pontifícios.

2.1. Tavoada da Segunda Parte

- Prefácio e preâmbulo – fl. 1.
- Letreiro que está no muro que vem do castelo para o Convento de Tomar que mostra em que tempo se fez o castelo e quem o edificou – fls. 1-1v.
- Inquirição que ElRey Dom Dinis mandou tirar da vila de Tomar sobre quem a fundara e outras coisas – fls. 2-2v.
- Declaração de como o dito rei Dom Dinis fez saber pela dita inquirição se mostrava por escrituras autênticas – fl. 3.
- Que o rio da vila de Tomar que se chamava Nabão antes da destruição de Espanha se chamou depois de a terra ser ocupada de mouros. Tomar deu nome a esta vila – fls. 3-3v.
- Instrumento de instituição da apelação de uma doação que o papa João XXII tinha feito à vila de Tomar e ao Cardeal Beltrando – fls. 4-8v.
- Doação que fez ElRey Dom Afonso Henriques primeiro deste reino à Ordem do Templo do castelo e terra de Tomar – fl. 9.
- Carta de doação por via de concórdia que o bispo e cabido da Sé de Lisboa fizeram à Ordem do Templo do direito e jurisdição eclesiástica da terra do castelo de Cera e terra de Tomar, se lhe pertencia e assi a Igreja de Santiago de Santarém – fls. 9-9v.
- Confirmação apostólica desta concórdia e doação – fl. 10.
- Bula do papa Adriano IV para que as igrejas que forem edificadas em terras de Tomar e Cera são imediatas à Sé Apostólica – fl. 10.
- Bula do papa Alexandre III sobre o mesmo assunto – fls. 10-10v.
- Bula do papa Urbano III na qual isenta a capela de Santa Maria do Zêzere – fl. 11.
- Sentença dada sobre a isenção das ditas igrejas em favor da Ordem – fls. 11-11v.
- Confirmação da sentença anterior – fl. 12.
- Que a primeira igreja que edificarão os templários nesta terra de Tomar foi Santa Maria do Olival que antes da perdição de Espanha fora mosteiro da Ordem de São Bento – fl. 12.

4 Cf. AN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. nº 234, 2ª parte.

- Indulgência aplicada aos que visitarem esta igreja em dia de Nossa Senhora da Assunção e na oitava – fl. 12.
- Outra indulgência apostólica dada aos que visitarem a mesma igreja na festa de Nossa Senhora e suas oitavas – fls. 12-12v.
- Instituição da capela de Dom Martins Gil nesta igreja, juntamente com a doação de bens pera a sustentar – fls. 13-13v.
- Instrumento por que se apartarão certos bens e direitos da mesa mestral na vila de Tomar e seu termo e se apropriarão ao convento e vigararia da dita igreja. E certas comendas em lugar das pensões e mantimentos a dinheiro que tinham nas rendas da dita mesa – fls. 14-17v.
- Bula que o papa Bonifácio VIII que o dom prior do convento desta Ordem institua o vigairo desta igreja de Tomar que há-de ser freire da apresentação do mestre – fl. 18.
- Foral primeiro dado aos moradores da vila de Tomar pelo mestre dom Gualdim e cavaleiros da Ordem do Templo – fls. 18-18v.
- Segundo foral em latim aos mesmos moradores da vila de Tomar pelo mestre e cavaleiros da Ordem – fl. 19.
- Que este foral foi viciado pelos moradores na parte que falava na jugada do pão, linho e vinho – fl. 19.
- Carta del Rey Dom João I que manda dar ao mestre Dom Lopo Dias da Torre do Tombo de Lisboa o treslado do foral de Torres Novas que fora tresladado do verdadeiro da vila de Tomar – fls. 19-19v.
- Foral da vila de Torres Novas – fls. 20-20v.
- Sentença per quem foi julgado e dado o foral de Torres novas por verdadeiro foral de Tomar – fls. 21-22v.
- Sentença dada contra os moradores da dita vila que foram julgados, conforme o dito foral sobre as jugadas de pão, vinho e linho – fls. 23-26v.
- Treslado do foral viciado pelos moradores da vila – fls. 27-27v.
- Que depois se veio a pagar oitavo por jugada e assim se manda pagar no foral novo dado por ElRey Dom Manuel – fls. 28-28v.
- Que depois que a Ordem do Templo houve bens e direitos nestes reinos se vieram fazer cabeças nos lugares onde os tinham, a que chamavam casas dos lugares em que se faziam. Como os procuradores da Ordem do Templo depois se chamarão mestres, donde veio o Grão Mestre de Jerusalém – fl. 29.
- Foral dado pela ordem do Templo aos povoadores do Carvalhal e Cera que agora pertencem à comenda de Pias – fls. 29-29v.
- Carta de compra de olival, em Pombal, termo de Tomar, para a Ordem do Templo – fl. 30.

- Composição entre Santa Cruz de Coimbra e a Ordem do Templo sobre os caneiros do Zêzere, bocais e engenhos de barca onde se chama Alvarangel que pertence à comenda da alcaidaria-mor – fls. 30-30v.
- Doação de uma herança em termo de Tomar junto dos moinhos do Prado – fl. 31.
- Compra que fez a Ordem de umas casas na vila de Tomar, fora dos muros, que chamam Balistenis – fl. 31.
- Compra de casas na rua da corredoura, na dita vila – fls. 31-31v.
- Compra da herdade a que chamão Cerzedo, termo de Tomar, que pertence à comenda de Pias – fl. 32
- Carta de escambo de uma herdade, aquém da ribeira de Beselga, termo de Tomar, que foi dada à Ordem por outra que tinha no Freixal – fl. 32.
- Carta de venda que o comendador de Pombal fez ao comendador de Tomar, que toda a herdade, carneiros e bocais que a comenda de Pombal tinha nas ribas do Zêzere, Alvarangel, termo de Tomar – fl. 32-32v.
- Sentença dada por ElRey Dom Dinis entre a Ordem e povo da dita vila sobre certas duvidas pelas quais se julgarão os direitos dos fornos da Ordem e o lagares de azeite, entre outras coisas – fls. 33-33v.
- Sentença da relação por que se julga que o povo da dita vila dê de comer aos lagareiros, entre outras obrigações usuais antes do foral dado pelo rei Dom Manuel – fls. 34-35v.
- Doação da quinta das Pias com suas pertenças, agora chamada comenda de Pias – fls. 36-36v.
- Feira franca concedida à vila de Tomar – fls. 36-36v.
- Carta de licença que deu ElRey Dom João, o primeiro e seu filho o Infante D. Henrique, para dar de escambo as suas terras de Reigada e Pereiro e umas casas que a Ordem possuía em Lisboa, por certos bens de Tomar, para os aplicar no Hospital que aí queria edificar – fl. 37.
- Indulgência apostólica aos que visitarem a igreja do convento de Tomar no dia de Santiago – fls. 37-37v.
- Sentença dada entre a Ordem e a vila de Tomar sobre os direitos da alcaidaria-mor – fls. 38-38v.
- Transação e concerto feito entre o mestre da Ordem e os tabeliães de Tomar sobre as pensões de seus ofícios – fls. 39-39v.
- Compra que a Ordem fez de uma herdade no termo de Tomar, a que chamam de Lousã, mas que agora se chama de Granja de Cardella e pertence à alcaidaria-mor – fl. 40.
- Doação que fez ElRey Dom Sancho a Pero Ferreira da herdade de Valdorjaes, termo de Tomar – fls. 40-40v.

- Doação desta mesma herdade à Ordem, que de momento pertence à comenda de Pias – fl. 41.
- Doação à Ordem de um assento de casas, vinha e pomar no lugar de Gontijas – fls. 41-41v.

2.2. Distribuição dos documentos por Arcebispo/Bispado⁵

Arcebispo/Bispado	Nº de documentos	Fonte
Arcebispo de Lisboa	58	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 42-82.
Bispado da Guarda	54	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 82-120.
Bispado de Coimbra	45	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 121-148.
Bispado de Lamego	6	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 149-151.
Bispado de Viseu	5	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 151-153.
Arcebispo de Braga	27	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 167-172.
Bispado do Porto	14	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 167-172.
Arcebispo de Évora	3	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 173-174.
Bispado do Algarve	7	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 175-178.

Tavoada dos 2 titulos ⁶		
Tomar	3	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 179-181.
Arcebispo de Lisboa	1	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fl. 182.
Bispado da Guarda	2	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fls. 182-182v.
Bispado de Coimbra	1	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 234, 2ª pt., fl. 183.

2.3. Outros documentos

- Doação de D. Afonso Henriques ao mestre dos templários Gualdim Pais – fls. 68v e 69v.
- Doação de D. Fruile Ermiges à Ordem do Templo – fls. 70v-71.
- Foral dado por Fruile Ermiges aos moradores de Vila Franca de Xira depois de D. Sancho I lhe ter doado a vila – fls. 71-72.
- Sentença dada por D. João I a favor do mestre da Ordem de Cristo contra D. Guiomar, mulher de D. João, conde de Ourém, por esta não querer pagar os direitos de pão, vinho e linho – fls. 72-75.
- Sentença entre D. Afonso IV e Estevão Gonçalves, mestre da Ordem de Cristo para confirmar os juizes da vila – fls. 75-76v.

⁵ Documentos que dizem respeito a propriedades da Ordem que se situam na jurisdição desses arcebispos e bispados.

⁶ Conjunto de documentos da mesma natureza que o escrivão se esqueceu de compilar, pelo que fez um elenco anexo.

3. Terceira Parte⁷

Esta é constituída pelas escrituras relativas às rendas, jurisdições, honras e direitos que a milícia possuía em África, Ásia e ilhas espalhadas pelo *Mar Oceano*. Muitos destes documentos reportam-se ao governo do Infante D. Henrique à frente dos destinos da Ordem. Dela fazem parte os seguintes conteúdos:

3.1. Prefácio. Longo texto que elogia a personalidade do Infante D. Henrique e expõe os fundamentos de direito canónico, natural e divino que estão na base desta exaltação – fls. 1-5v.

3.2. Declaração louvando o esforço do Infante D. Henrique para incorporar no património da Ordem de Cristo as terras de Reigada e Pereiro – fls. 5v-6.

3.3. Conjunto de cartas de D. Afonso V⁸:

Local e Data	Assunto	Fonte
Santarém, 11 de Março de 1449	Confirma ao Infante D. Henrique as rendas e os direitos sobre as ilhas da Madeira e Porto Santo.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 6-6v.
Alcácer, 21 de Outubro de 1458	Concede ao Infante D. Henrique a Igreja de Santa Maria de África.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 10-10v.
Lisboa, 7 de Junho de 1454	Confirma à Ordem de Cristo o espiritual e o temporal das terras descobertas e a descobrir.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt. fls. 12-12v.
Lisboa, 15 de Setembro de 1448	Concede ao Infante D. Henrique a exclusividade de comércio a partir do Bojador.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 16v-18.

3.4. Conjunto de cartas do Infante D. Henrique⁹:

Data	Assunto	Fonte
Tomar, 18 de Setembro de 1460	Carta do Infante D. Henrique que estabelece as missas a rezar por sua alma na Madeira e Porto Santo.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 7-8.
Tomar, 19 de Setembro de 1460	Carta de doação à Ordem de Cristo da Igreja de Santa Maria de África.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 9-9v.
Tomar, 18 e 19 de Setembro de 1460	Cartas de doação à Ordem de Cristo do espiritual e temporal das ilhas e dos lugares de além-mar.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 10-12.
Tomar, 18 de Setembro de 1460	Doação à Ordem de Cristo do padroado da igreja de Belém e outras na cidade de Lisboa.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 18-19.
Tomar, 22 de Setembro de 1460	Doações feitas pelo Infante D. Henrique a favor de D. Afonso V e da Ordem de Cristo.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 20-26v.

⁷ Cf. AN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. nº 235, 3ª parte.

⁸ Foi seguida a ordem cronológica que aparece na fonte.

⁹ A ordem cronológica está de acordo com a fonte.

3.5. Documentos pontifícios dirigidos à milícia de Cristo¹⁰:

Data e Pontífice	Assunto	Fonte
1442, Eugénio IV	Concede à Ordem a jurisdição espiritual sobre certos lugares de África.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 8-8v.
Nicolau V ¹¹	Concede aos reis de Portugal o direito de navegação e conquista para além do Bojador.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 12v-13.
1454, Calisto III	Confirma à Ordem de Cristo as graças anteriormente recebidas.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 15v-16.
1459, Pio II	Concede ao Infante D. Henrique a possibilidade de erguer em território marroquino uma igreja paroquial.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 19-20.
1488, Sisto IV	Confirma privilégios anteriores.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 26v-27.
1481, Sisto IV	Confirma à Ordem de Cristo o espiritual dos territórios do Ultramar.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 30v-34v.
1472, Sisto IV	Defende que os bens das Ordens religiosas devem ser entregues àqueles que os merecem em troca de serviços relevantes.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 35-35v.
1484, Inocêncio VIII	Devem ser restituídos à Ordem todos os bens que lhe foram indevidamente tomados.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 36-36v.
1514, Leão X	Autoriza D. Manuel I a criar comendas enquanto administrador da Ordem de Cristo.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 41-44v.
1517, Leão X	Revoga a concessão feita a D. Manuel I do direito às rendas de certos mosteiros no valor de vinte mil cruzados.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 69-70v.
1516, Leão X	Confirma a D. Manuel I o padroado de certas igrejas.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 83v-84.
1536, Paulo III	Na sequência duma súplica do Duque de Bragança é criada a comenda da Ordem de Cristo na igreja de Santo André no bispado de Porto.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 88-90.
1551, Júlio III	Na sequência de uma súplica do Duque de Bragança, criam-se novas comendas.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fl. 92.
1514, Leão X	Criação da igreja de Santa Maria de Funchal.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 100-101.
1514, Leão X	Exclusivo espiritual da Ordem de Cristo em todos os lugares de África tomados aos infiéis.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 101-102.
1522, Adriano VI	Concede a D. João III o governo vitalício da Ordem de Cristo.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fl. 103.
1531, Clemente VII	Nomeia Frei António de Lisboa visitador do convento de Tomar.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 107-109.

¹⁰ A ordem cronológica está de acordo com a fonte.

¹¹ Trata-se de um extenso diploma pontifício, mas sem qualquer referência à data.

Data e Pontífice	Assunto	Fonte
1536, Paulo III	Desmembra a igreja arquiépiscopal do Funchal, cuja jurisdição dependia da vigararia de Tomar.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 109-112.
1536, Paulo III	Confirma Frei António de Lisboa para prior de Tomar.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 114-114v.
1542, Paulo III	Separa a vigararia de Tomar e respectivas rendas da Sé episcopal do Funchal.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 115-117v.
1551, Júlio III	Anexação dos mestrados de Cristo, Santiago e Avis à Coroa.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 123v-124v.
1539, Paulo III	Confirma os direitos do espiritual da Ordem de Cristo em terras de além-mar.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 135v-139v.
1534, Paulo III	Criação da igreja episcopal de Santa Maria da Graça na ilha de S. Tomé.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 139v-143v.
1555, Júlio III	Criação da igreja de S. Salvador da Baía.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 143v-145v.
1557, Paulo IV	Criação do bispado de Malaca.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 147v-149.
1557, Paulo IV	Criação da Sé catedral e arquiépiscopal de Goa.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 149v-151.

3.6. Conjunto de documentos outorgados durante o reinado de D. Manuel I¹²:

Data	Assunto	Fonte
Lisboa, 22 de Fevereiro de 1502	Carta que concede à Ordem de Cristo a vintena sobre o ouro, escravos e demais mercadorias.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 37v-38.
Tomar, 4 de Dezembro de 1503	Institui nos lugares de África trinta tenças de dez mil reais cada uma.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 38-38v.
Tomar, 6 de Dezembro de 1503	Institui que os cavaleiros da Ordem usufruam em vida das rendas das respectivas tenças	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 38v-39.
Tomar, 26 de Janeiro de 1493	Procuração feita a D. Manuel, duque de Beja e administrador da milícia, dando autorização para aforrar os bens da Ordem.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 97-98.

3.7. Documentos referentes ao reinado de D. João III:

Data	Assunto	Fonte
Lisboa, 27 de Outubro de 1532	Estabelece as ouvidorias de Tomar e Castelo Branco.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 169-169v.
Évora, 26 de Julho de 1544	Define as competências dos ouvidores da Ordem em matéria cível e crime.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt, fls. 169v-170.

12 A ordem cronológica está de acordo com a fonte.

3.8. Documentos outorgados por D. Sebastião à milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo:

Data	Assunto	Fonte
Lisboa, 10 de Setembro de 1557	Criação de várias comendas a partir da divisão da de São Bartolomeu de Rabal no bispado de Miranda.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 92-93.
Lisboa, 10 de Setembro de 1557	Criação de novas comendas no arcebispado de Braga.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 93v-94.
Lisboa, 10 de Setembro de 1557	Criação de comendas no bispado de Miranda.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 94v-95v.
Lisboa, 4 de Maio de 1561	Criação de comendas no bispado de Miranda.	<i>Ordem de Cristo</i> , nº 235, 3ª pt., fls. 96-96v.

4. Quarta Parte¹³

Dela fazem parte um conjunto de documentos apostólicos contendo liberdades, graças, privilégios e isenções, concedidos pelos Santos Padres à Ordem do Templo, Ordem de Calatrava e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. A par dos privilégios apostólicos, inclui um outro conjunto concedido pelos monarcas portugueses que desde D. Afonso Henriques fizeram largas doações à ordem do Templo, cujos bens foram herdados pela ordem de Cristo.

4.1. Privilégios apostólicos concedidos à Ordem do Templo¹⁴

Eugénio III (1145-1153)

1 – O pontífice dirige-se a todos os prelados das igrejas locais para que ajudem com as suas esmolas os cavaleiros do Templo – fls. 13v-14.

Adriano IV (1154-1158)

- 1 – Confirma todas as graças, liberdades e privilégios concedidos à Ordem do Templo por Eugénio III – fls. 14-14v.
- 2 – Dirigida às autoridades eclesiásticas no sentido destas aceitarem os cavaleiros templários – fl. 34.
- 3 – Concede aos cavaleiros do Templo o direito de edificar oratórios e a possibilidade de terem sacerdotes para realizar o culto – fls. 36-36v.

¹³ Cf. AN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, cód. nº 235, 4ª parte.

¹⁴ O número que precede o enunciado do documento pontifício foi da nossa iniciativa e indica a ordem pela qual os diplomas aparecem na fonte.

Alexandre III (1158-1181)

- 1 – Confirma todas as graças, liberdades e privilégios concedidos à Ordem do Templo – fl. 14v.
- 2 – Aprova e confirma as linhas orientadoras da milícia, constituindo esta bula uma nova versão da Regra primitiva – fls. 15-17v.
- 3 – Instrumento de paz e concórdia para resolver o diferendo entre o mestre do Templo e a Ordem do Hospital de Jerusalém – fls. 17v-18.
- 4 – Concede aos templários isenção de pagamento das dízimas das terras conquistadas e das que à sua custa lavrarem – fls. 18-18v.

Lúcio III (1181-1185)

- 1 – Confirma o privilégio de isenção dos dízimos sobre a terra por eles trabalhada, já concedido por pontífices anteriores – fl. 19.
- 2 – Confirma os privilégios, liberdades e indulgências concedidas ao mestre e cavaleiros do Templo – fl. 22.
- 3 – Apela aos prelados para respeitarem integralmente os privilégios concedidos aos templários – fls. 22-22v.

Urbano III (1185-1187)

- 1 – Confirma a isenção concedida por anteriores pontífices sobre as dízimas das terras conquistadas e por eles trabalhadas – fl. 19v.
- 2 – Impõe aos prelados locais que garantam os direitos concedidos aos templários – fl. 22v.
- 3 – Aprova a Ordem, toma-a sob a sua protecção e da Santa Igreja de Roma e confirma todos os privilégios que lhe foram atribuídos por anteriores pontífices – fls. 24-25v.
- 4 – Ordena às autoridades eclesiásticas locais que não procedam à cobrança da quarta parte das esmolas arrecadadas pelos cavaleiros da Ordem. Os bispos são obrigados a consagrar as suas igrejas, oratórios e a benzer os seus cemitérios, sempre que isso lhes seja solicitado – fl. 26.
- 5 – Concede aos templários o direito de edificar igrejas nos lugares conquistados aos mouros, as quais apenas ficam sob a dependência da Santa Sé – fls. 26-26v.

Celestino III (1191-1198)

- 1 – Aprova e confirma a Ordem do Templo e seus privilégios – fls. 27-29.

Inocêncio III (1198-1216)

- 1 – Confirma aos templários a isenção da dízima sobre a terra lavrada – fl. 20.
- 2 – Confirma à Ordem do Templo todos os privilégios, liberdades e imunidades atribuídos por D. Afonso Henriques – fls. 22v-23.
- 3 – À semelhança dos seus antecessores aprova a Ordem e coloca-a sob sua protecção e da Santa Igreja Romana – fls. 29-31.
- 4 – Ordena aos prelados locais que procedam com censuras eclesiásticas e outras penas contra aqueles que obriguem os religiosos do Templo a pagar portagem ou qualquer tributo sobre o que adquiram para seu uso e necessidade – fls. 31-31v.
- 5 – Ordena às autoridades eclesiásticas locais que não excomunguem os membros da milícia, nem interditem as suas igrejas, por esses actos não serem da sua jurisdição e estes estarem sob protecção da Santa Sé Apostólica – fls. 32-32v.
- 6 – Concede aos templários o direito de escolherem sacerdotes, edificar oratórios e igrejas para enterrar os seus freires e servidores, sem prejuízo do direito paroquial – fls. 35v-36.
- 7 – Ordena aos capelães da Ordem do Templo que nas suas igrejas não lhes seja exigido o juramento de fidelidade e de obediência por apenas os deverem ao Santo Padre – fl. 36v.
- 8 – Ordena aos bispos e prelados que excomunguem todos os religiosos do Templo e quem os receber, desde que estes sejam encontrados nas paróquias sem licença do mestre ou do capítulo – fl. 38.
- 9 – Ordena a bispos e prelados que não atentem contra os direitos dos cavaleiros templários, nem interditem a celebração dos ofícios e os defendam na justiça contra todos aqueles que os ofendam – fls. 38-38v.
- 10 – Documento que refere que as letras apostólicas por si expedidas e que põem em causa privilégios da Ordem não produzam qualquer efeito – fl. 39.

Honório III (1216-1227)

- 1 – Determina que bispos e prelados devem admitir nas suas igrejas clérigos que lhes foram apresentados por religiosos do Templo. Os proventos obtidos nessas igrejas podem ser aplicados para custear as expedições à Terra Santa – fls. 21-21v.
- 2 – Ordena às autoridades eclesiásticas locais para não excomungarem nem interditem igrejas e pessoas da Ordem do Templo, pois estas encontram-se sob a protecção da Igreja Romana – fl. 32v.

- 3 – Confirma determinações de pontífices anteriores quando se dirige aos capelães da Ordem, determinando que estes estão isentos do juramento de fidelidade e obediência, pois apenas os devem ao Santo Padre – fls. 36v-37.
- 4 – Ordena aos prelados que publiquem os excomungados por agressão a membros da Ordem até estes obterem do Santo Padre a absolvição. São igualmente excomungados todos os que se apoderem de qualquer bem dos templários – fls. 40-40v.
- 5 – Ordena a bispos e prelados que deixem enterrar os freires da Ordem na sua jurisdição. Permitam-lhes que peçam esmolas nas suas igrejas e apliquem censuras eclesiásticas a quem os impedir – fl. 41v.
- 6 – Ordena a bispos e prelados que não impeçam os freires templários certos de fazer sepultura nas suas igrejas e aí pedir esmola – fls. 41v-42.
- 7 – Ordena aos freires templários, que sem licença do mestre, não devem praticar maior abstinência daquela que são obrigados por disciplina regular – fl. 42

Gregório IX (1227-1241)

- 1 – Concede aos templários o privilégio de edificar igrejas nos locais onde não exista qualquer culto cristão – fls. 26v-27.
- 2 – Ordena aos prelados que divulguem os excomungados por agressão aos freires do Templo. São excomungados os que se apropriam indevidamente dos bens da Ordem e só serão perdoados depois de se arrependerem e devolverem o que não lhes pertence – fls. 40v-41.
- 3 – Ordena aos prelados e seus oficiais que não apliquem penas pecuniárias aos membros da Ordem por excessos cometidos – fls. 42v.
- 4 – Impõe a todos os acusados de delito, cível ou crime, que respondam perante as autoridades do lugar, excepto se forem freires templários – fls. 42v-43.
- 5 – Confirma os bens da Ordem do Templo ficando sob protecção apostólica. Privilégio extensivo a quem os receber, lhes administre sacramentos e siga a observância regular templária. Nenhum excomungado, interdito ou usurário pode ser enterrado no seu cemitério – fls. 43-43v.

Inocência IV (1243-1254)

- 1 – Confirma determinações anteriores e impõe a todos os acusados de delito, cível ou crime, que respondam perante as justiças locais, excepto se forem freires templários – fls. 43-44.

Alexandre IV (1254-1261)

- 1 – Ordena os bispos que recebam e sustentem, se for caso disso, os membros da Ordem do Templo, os quais não devem estar sujeitos ao pagamento de direitos episcopais – fl. 20v.
- 2 – Ordena que ninguém sem mandado apostólico excomungue religiosos e cavaleiros do Templo e seus servidores, enquanto estes estiverem ao seu serviço – fls. 33-33v.
- 3 – Ordena aos prelados que considerem sacrílegos aqueles que ousarem reter as esmolas destinadas aos templários – fl. 33v.
- 4 – Determina que apenas os freires templários estão dispensados de serem julgados pelas autoridades locais – fl. 44.
- 5 – Concede aos templários a isenção de pagamento das despesas com as procurações, feitas pelos legados e núncios da Sé Apostólica que passam pelas suas terras – fl. 44v.

Urbano IV (1261-1264)

- 1 – Determina que os membros da Ordem do Templo colocados nas igrejas estão isentos do juramento de fidelidade e obediência por estarem apenas sujeitos ao Santo Padre – fls. 37-37v.

Clemente IV (1265-1268)

- 1 – Impõe a obrigatoriedade de bispos e prelados receberem religiosos da Ordem do Templo – fls. 21v-22.
- 2 – Confirma privilégios, liberdades e indulgências concedidos à ordem por pontífices anteriores – fls. 23-23v.
- 3 – Concede aos templários a possibilidade de edificarem igrejas em lugares conquistados aos mouros e aí praticarem o culto cristão – fl. 27.
- 4 – Concede aos templários a isenção do pagamento de talhas – fls. 31v-32.
- 5 – Ordena às autoridades eclesiásticas que não excomunguem nem interditem membros da Ordem por estarem sobre a protecção da Santa Igreja Apostólica – fls. 32v-33.
- 6 – Confirma os privilégios concedidos à Ordem do Templo – fls. 34-34v.
- 7 – Ordena a prelados e seus serviçais que não podem forçar a entrada nas casas e terras dos templários, detê-los injustamente, excomungá-los ou exigirem o pagamento de dízima sobre terra e animais – fls. 34v-35.

- 8 – Ordena às autoridades locais que acelerem o processo judicial, desde que este envolva elementos da Ordem – fls. 35-35v.
- 9 – Determina que todos os colocados em igrejas da Ordem não devem juramento de fidelidade e obediência a ninguém por estarem apenas sujeitos ao pontífice – fl. 37v.
- 10 – Isenta os templários de responderem aos documentos provenientes da Sé Apostólica – fls. 39-39v.
- 11 – O pontífice confirma o documento imediatamente anterior – fl. 39v.
- 12 – Ordena às autoridades eclesiásticas que publiquem o nome dos excomulgados que agridem membros da milícia – fls. 41-41v.
- 13 – Isenta os cavaleiros do Templo de pagarem o custo das procurações emanadas dos legados e núncios apostólicos, excepto se se tratar de cardeais. – fl. 45.
- 14 – Determina aos cavaleiros do Templo a isenção do pagamento de qualquer coima pelos prejuízos que os seus animais fizerem nas terras por onde andam e passam – fls. 45-45v.
- 15 – Obriga os templários ao pagamento de subsídio para custear as expedições para a Terra Santa – fl. 46v.
- 16 – Concede a estes religiosos a possibilidade de serem testemunhas, mesmo não sendo obrigados a isso – fl. 47.
- 17 – Diploma pontifício dado em pública-forma pelo Patriarca de Jerusalém e legado da Sé Apostólica explicando que os templários não devem conceder preceptorias nem comendas da Ordem a outros religiosos, mesmo que esse pedido seja feito por reis – fls. 47-47v.

Gregório X (1271-1276)

- 1 – Confirma privilégios, liberdades e isenções concedidos à Ordem do Templo – fl. 23v.
- 2 – Concede aos cavaleiros do Templo isenção da dízima sobre os bens eclesiásticos, com o objectivo destes contribuírem para a libertação da Terra Santa – fls. 45v-46.
- 3 – Ordena aos legados da Santa Sé e cobradores de dízimas que não efectuem essas cobranças ao mestre e cavaleiros da Ordem – fls. 46-46v.

Bento XI (1303-1304)

- 1 – Confirma todos os privilégios, imunidades, liberdades e indulgências, concedidas à Ordem do Templo pelos seus antecessores, ao mesmo tempo que confirma todas as doações feitas por reis e particulares – fl. 23.

4.2. Privilégios Apostólicos concedidos à Ordem de Calatrava

Gregório VIII (1187)

- 1 – Extenso documento que determina o seguinte:
 - isenção do pagamento de dízimas e primícias sobre o gado que criarem e das terras que à sua custa lavrarem;
 - possibilidade de receberem em suas casas clérigos, leigos e conversos das outras Ordens, desde que seja com autorização dos seus superiores;
 - nenhum freire depois de fazer profissão pode mudar para outra Ordem sem licença do mestre;
 - Em caso de interdito geral na terra, os monges de Calatrava podem rezar os ofícios divinos em voz baixa e sem tocar os sinos, depois de expulsarem os interditos e os excomungados;
 - Podem fazer oratórios e ter sepultura nas terras que lhes pertencem;
 - Podem ter prior e fazer profissão;
 - Todo aquele que agredir algum freire será excomungado;
 - É proibido alienar bens da Ordem sem consentimento do capítulo;
 - Nos territórios conquistados aos mouros ninguém pode construir oratórios e igrejas sem o seu consentimento;
 - Nas igrejas da Ordem podem colocar freires clérigos e apresentá-los ao bispo, que lhes dará o espiritual do local;
 - Recebem do bispo os santos óleos e a consagração dos seus altares;
 - Nenhum eclesiástico ou secular lhes pode impor aquilo para que estão isentos;
 - Confirma os privilégios e liberdades que reis, príncipes e eclesiásticos lhes concederam – fls. 48-50.

Inocência III (1198-1216)

- 1 – Confirma a milícia e a Regra de Calatrava com todos os privilégios inerentes – fls. 50-50v.

Honório III (1216-1227)

- 1 – Determina que os legados apostólicos não podem excomungar os membros de Calatrava nem interditar os seus mosteiros sem autorização pontifícia – fl. 53.

- 2 – Isenta a Ordem do pagamento da dízima sobre as terras por eles agricultadas, contrariando aqueles que consideram que esta deve ser obrigatória – fl. 53v.
- 3 – Isenta a milícia de pagar aos legados apostólicos o custo das procurações quando estes visitam seus conventos e casas – fl. 54.

Gregório IX (1227-1241)

- 1 – Concede indulgência plenária a todos os fiéis que confessados morram pelejando contra os mouros, sob a bandeira da Ordem de Calatrava – fls. 52-52v.

Inocência IV (1243-1254)

- 1 – Isenta a Ordem de Calatrava do pagamento de qualquer quantia sobre a venda dos seus bens, mesmo sem autorização pontifícia – fls. 54-54v.
- 2 – Concede aos clérigos da Ordem colocados como reitores ou curas o direito de ministrar os sacramentos aos fregueses – fl. 56.

Alexandre IV (1254-1261)

- 1 – Concede ao mestre e freires de Calatrava o direito de fazerem contratos com excomungados, podendo estes utilizar os seus moinhos, fornos e alfaia sem qualquer restrição – fls. 50v-51.
- 2 – Isenta a Ordem de Calatrava do pagamento de dízimas sobre os bens que retiraram aos mouros ou que obtiveram por doação – fl. 51-51v.
- 3 – Determina que enquanto a Ordem estiver sob a observância de Cister o prior pode absolver os freires de qualquer excomunhão – fls. 51v-52.
- 4 – Determina que os excomungados possam usar os moinhos e fornos da Ordem sem qualquer impedimento – fls. 52v-53.

Urbano IV (1261-1264)

- 1 – Determina que todos os freires que fugirem e levarem consigo bens da Ordem, não podem ser recebidos noutra, a menos que restitua esses bens – fls. 56-56v.

Pio II (1458-1464)

- 1 – Concede à milícia de Calatrava isenção de pagamento de qualquer colecta lançada pelas autoridades eclesiásticas locais. O cumprimento deste privilégio fica a cargo do arcebispo de Toledo e bispos de Cuenca e Córdoba – fls. 54-55v.

Alexandre VI (1492-1503)

- 1 – Concede aos priores de Calatrava o direito de ministrar benção solene ao povo depois de terminada a missa das Matinas e das Vésperas, não só no convento e priorado, mas em todos os priorados e igrejas da Ordem, desde que não esteja presente bispo ou legado da Sé Apostólica – fls. 56v-57.

4.3. Privilégios Apostólicos concedidos à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo

Urbano VI (1378-1389)

- 1 – Concede protecção à pessoa do mestre, cavaleiros, convento e casa de Castro Marim, ao mesmo tempo que confirma todas as liberdades e privilégios concedidos à milícia pelos Santos Padres, reis e particulares – fl. 57v.

Bonifácio IX (1389-1404)

- 1 – Concede ao mestre, freires clérigos e cavaleiros, trabalhadores das terras da Ordem, o gozo de todos os privilégios e liberdades outorgados pela Santa Sé, sem prejuízo do direito diocesano e da igreja paroquial – fls. 57v-58.

João XXIII (1410-1415)

- 1 – Confirma ao mestre freires da Ordem de Cristo todos os privilégios, indulgências e liberdades já concedidos à milícia – fls. 58-58v.

Eugénio IV (1431-1447)

- 1 – Concede aos freires cavaleiros a possibilidade de eleger confessor secular ou regular uma única vez, podendo ser absolvidos de interditos ou censuras eclesiásticas – fls. 58v-59.

- 2 – Concede aos confessados que sob a bandeira da Ordem combatam os mouros indulgência plenária dos seus pecados – fls. 59-59v.
- 3 – Confirma ao mestres e freires da Ordem de Cristo todas as graças, liberdades e indulgências concedidas até aí – fl. 59v.

Sisto IV (1471-1484)

- 1 – Determina a pena de excomunhão para quem não obedecer a mestres e governadores. Estes não podem alienar os bens do mestrado mesmo que seja por serviços, merecimento ou permuta. Os bens alienados por mestres anteriores devem ser devolvidos à instituição para nunca mais dela serem separados – fls. 59v-60.

Inocência VIII (1484-1492)

- 1 – Determina que mestre e freires não possam, em caso algum, sofrer injúrias e ofensas. Os bens da instituição que foram usurpados devem ser restituídos – fls. 60v-62.